

Desafios para a Formação Técnica em Saúde na Educação a Distância

Challenges for the Technical Training in Health in the Distance Education

ISSN 2177-8110
DOI: 10.18264/eadf.v10i1.990

**Fernanda Rosiak Gonzaga Fa-
leiro^{1*}**

**Cristiane Lopes Simão Lemos²
Clever Gomes Cardoso²**

¹ Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. Escola de Saúde de Goiás. Rua 26, nº 521, Jardim Santo Antônio-Goiânia, GO- Brasil.

² Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Biológicas. Avenida Esperança, s/nº, Câmpus Samambaia - Goiânia, GO- Brasil.

*fernandarosiak@hotmail.com

Resumo

As escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) são referência no Brasil para a qualificação e formação de técnicos de nível médio em saúde para o sistema público. Esta pesquisa buscou analisar a percepção dos diretores dessas escolas sobre a educação a distância (EaD) na formação do pessoal de nível médio em saúde para o SUS. Foi dado enfoque aos desafios da formação técnica e à percepção do que seria uma concepção de formação técnica ideal nessa modalidade. Métodos: Foi realizado um estudo exploratório-descritivo com abordagem quanti-qualitativa, utilizando questionário eletrônico para coleta de dados. Resultados: Em relação aos desafios, foram levantados financiamento das instalações e aquisições de equipamentos, formação de equipe técnica capacitada e capacitação dos alunos para EaD. Constatou-se que a concepção e o perfil ideal para a formação técnica em EaD está diretamente relacionada à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, ou seja, formação do pessoal da saúde a partir da problematização do seu processo de trabalho, metodologias ativas, conhecimento para resolutividade do SUS (pragmatismo) e o princípio da integração ensino/serviço.

Palavras-chave: Educação a distância. Educação profissionalizante. Pessoal técnico de saúde. Sistema Único de Saúde.



Recebido 16/ 03/ 2020
Aceito 22/ 05/ 2020
Publicado 28/ 05/ 2020

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: FALEIRO, F.R.G.; LEMOS, C.L.S.; CARDOSO, C.G. Desafios Para a Formação Técnica em Saúde na Educação a Distância. **EaD em Foco**, V10, e990. 2020.

doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1.990>

Challenges for the Technical Training in Health in the Distance Education

Abstract

The Unified Health System Technical Schools (ETSUS) are a reference in Brazil for mid-level health formation for SUS. This research aimed to analyze the perception of the directors of the Technical Schools of the Unified Health System on distance education in the training of mid-level health technicians for the SUS. Focus was given to the challenges and the perception that it would be an ideal form of technical education in this modality. Methodology: An exploratory and descriptive study with a quantitative and qualitative approach was conducted using an electronic questionnaire for data collection. Results: In relation to the challenges that were raised, financing of installations and acquisition of equipment purchases, training of qualified technical staff and student formation for distance education. The ideal profile for technical formation in distance education is directly related for Permanent Health Education Policy: formation of health personnel from the problematization of their work process, active methodologies, knowledge for resolution of the problems of SUS (pragmatism) and the principle of teaching/ service integration.

Keywords: Education distance. Education professional. Allied health personnel.

1. Introdução

A qualificação e a formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é um dos requisitos fundamentais para a prestação de serviços de qualidade e para o adequado atendimento às necessidades de saúde da população. A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 estabelece, no seu art. 200, inciso III, que compete ao SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” (BRASIL, 1988).

Na I Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde, que ocorreu em 1986, foi discutida a valorização e a educação de profissionais de saúde como elementos fundamentais para a construção de um novo modelo sanitário. A partir de então, gradativamente, foram constituídas, nos estados da federação brasileira, instituições de caráter permanente para a formação dos trabalhadores da saúde para o SUS: os Centros de Formação de Recursos Humanos (CEFOR) e as escolas Técnicas do SUS (ETSUS). Tal fato pode ser considerado um marco importante na história da educação profissional técnica no Brasil (PIRES-ALVES; PAIVA, 2010).

As ETSUS são escolas do setor saúde, de caráter multiprofissional, que foram criadas com a finalidade de melhorar a educação profissional e promover a qualificação de trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde (RAMOS, 2010). As ETSUS encontram-se distribuídas por todo o Brasil, sendo que cada estado possui, pelo menos, uma unidade. Os cursos e programas dessas instituições são voltados para formação, capacitação, aperfeiçoamento, atualização e especialização de trabalhadores técnicos de nível médio em saúde (GOIÁS, 2009).

A atuação dessas instituições é prioritariamente descentralizada, o que significa dizer que as aulas teóricas, práticas e estágios supervisionados acontecem nos municípios-polo, localizados no interior do estado, e a coordenação do curso e os processos administrativos mantêm-se centralizados na sede das

ETSUS. Tal estratégia visa aproximar o curso do aluno/trabalhador, evitar o seu deslocamento do município onde mora e/ou atua até a sede da escola, além de oportunizar uma formação mais contextualizada dentro de sua realidade profissional (FALEIRO, 2014). É neste cenário que a Educação a Distância (EaD) emerge como um tema de discussão no âmbito das ETSUS, pois o distanciamento dos profissionais de saúde dessas escolas, muitas vezes, é reconhecido como um entrave na concretização das atividades educacionais.

No Brasil, a EaD foi reconhecida formalmente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e atualmente é regulamentada pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). Em 2012, a Resolução CNE/CEB nº 6 definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e estabeleceu que um curso técnico em saúde realizado a distância deve cumprir, no mínimo, 50% da carga horária de maneira presencial (BRASIL, 2012).

É importante destacar que a expansão da EaD tem sido bastante discutida, não apenas em relação aos seus efeitos pedagógicos, mas também políticos. Os autores Silva, Azzi e Bock (2007) e Pereira e Lopes (2012) destacam como as ações do Banco Mundial orientam as políticas de formação docente utilizando a EaD, pelo fato de serem consideradas de baixo custo e com retorno de investimento em curto prazo. Isso pode ser visto, por muitos governos, como um caminho para se atingir, de forma mais barata e aligeirada, um maior número de diplomados, sendo uma maneira de alcançar as exigências mínimas estipuladas pelos organismos internacionais (HADDAD, 2008).

No Brasil, há movimentos de resistência encabeçados pelos Conselhos Federais de Saúde e outros órgãos sobre cursos técnicos e de graduação na área que funcionem, inteiramente, na modalidade EaD. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 515/2016, manifestou-se contrário à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde ministrado totalmente a distância (BRASIL, 2016).

Pesquisas que tratam da formação técnica de profissionais de saúde na modalidade EaD ainda são poucas. Silva et al. (2015), ao realizar uma revisão integrativa, constataram que o número de estudos sobre a utilização das estratégias de educação a distância nos programas de Educação Permanente em Saúde ainda é relativamente pequeno.

Assim, considerou-se relevante realizar um estudo de âmbito nacional com o objetivo de levantar as percepções dos diretores das ETSUS sobre os desafios da implantação de cursos ou atividades a distância nessas escolas para a formação dos técnicos de nível médio em saúde para o SUS, bem como a concepção de formação técnica ideal nessa modalidade.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem quanti-qualitativa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Urgências de Goiânia (Parecer nº 380.765, em 02 de setembro de 2013).

Este estudo aconteceu com os diretores das ETSUS. Atualmente, existem 41 ETSUS no Brasil; são instituições públicas vinculadas, em sua maioria, à administração estadual ou municipal de saúde e estão conformadas numa rede colaborativa, a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), sob coordenação do Ministério da Saúde (MS). O objetivo principal dessa rede é fortalecer a educação profissional técnica de nível médio para o SUS, por meio do compartilhamento de informações e conhecimentos, da busca de soluções para problemas de interesse comum, da difusão de metodologias e outros recursos tecnológicos destinados à melhoria de ensino, pesquisa e cooperação técnica (BRASIL, 2009).

Foram convidados a participar do estudo os diretores das 36 ETSUS do Brasil que integravam a RET-SUS no ano de 2013.

Como critérios de elegibilidade, os diretores das ETSUS deveriam exercer suas funções no período da coleta de dados e concordar em participar do estudo. Foram excluídos aqueles que se recusaram a participar da pesquisa e os que, após cinco tentativas de contato telefônico e três por e-mail, não enviaram o questionário respondido.

Os dados foram coletados mediante questionário eletrônico construído com apoio da ferramenta “Google Forms” e disponibilizado em uma plataforma da web cujo link foi enviado ao sujeito da pesquisa por meio de seu e-mail pessoal.

Antes do início do estudo, o instrumento de coleta de dados passou por um pré-teste, realizado com 14 profissionais de uma das ETSUS, sendo que os mesmos não fizeram parte da pesquisa. O tempo médio gasto para as respostas foi de 15 minutos.

Os dados foram coletados nos meses de outubro a dezembro de 2013. Previamente à sua coleta, foi montada uma lista com os nomes dos diretores, e-mail institucional e telefone para contato, separados por ETSUS e unidade da federação, a partir das informações disponibilizadas por cada escola em suas páginas eletrônica, no site e na revista da RET-SUS.

Os pesquisadores entraram em contato pessoalmente com os diretores das escolas via telefone e e-mail. Caso concordassem em fazer parte do estudo, os diretores receberiam uma mensagem em seu e-mail pessoal com as orientações básicas para acesso e preenchimento do questionário eletrônico via link disponibilizado no corpo do texto.

A primeira parte do questionário consistiu no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, elaborado conforme orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Após lê-lo, e estando em concordância, o pesquisado deveria assinalar a opção “Sim, concordo em participar”, sendo automaticamente direcionado para as perguntas do questionário. Foi anexada ao e-mail uma cópia do TCLE em formato de arquivo pdf (portable document format) para a guarda do participante.

Após o recebimento do e-mail inicial, o pesquisado teve um prazo de 15 dias úteis para encaminhar as respostas. Caso o questionário não fosse respondido nesse prazo, era enviado um e-mail (intitulado Lembrete 1), concedendo a ele mais 10 dias úteis. Faltando dois dias para o fim deste segundo prazo, um último e-mail (Lembrete 2) era postado, informando da proximidade do encerramento do recebimento das respostas. Se o questionário não fosse respondido nesse período, o participante era excluído da pesquisa.

O questionário utilizado nessa pesquisa foi composto por 24 perguntas, sendo 13 abertas, e as demais, fechadas. As primeiras doze perguntas referiam-se à caracterização dos pesquisados quanto ao sexo, idade, escolaridade, experiência profissional na ETSUS e experiência pessoal em cursos a distância. As perguntas abertas buscaram analisar a percepção dos diretores das ETSUS sobre a EaD na formação dos técnicos de nível médio em saúde. As temáticas surgiram após leitura e análise das respostas sobre percepção da formação técnica ideal, vantagens e desvantagens da EaD na formação técnica em saúde e limites e desafios na implantação de cursos a distância nas ETSUS.

Os dados qualitativos passaram pela análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Na fase de pré-análise, foram realizadas leituras flutuantes do material, não privilegiando nenhum dos elementos discursivos.

Na segunda fase, a da exploração do material, foram feitas leituras exaustivas para apreender as ideias principais e os significados gerais do material coletado. Durante esta fase, os pesquisadores procederam à identificação das unidades de análise. Optou-se por utilizar palavras, sentenças e frases como unidades

de registro, uma vez que se fez a escolha pela análise temática. Logo após, procedeu-se à codificação das unidades de análise, observando-se os objetivos específicos da pesquisa. Realizou-se a categorização apriorística do material, ou seja, as unidades de análise anteriormente identificadas foram classificadas em categorias previamente definidas pelos objetivos do trabalho, considerando a parte comum entre elas.

Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística descritiva simples, utilizando o Programa Microsoft Excel.

3. Resultados e Discussão

3.1. Perfil dos Entrevistados

Dos 36 diretores das ETSUS convidados a participar do estudo, 29 (80,5%) enviaram o questionário respondido.

A maioria dos diretores era do sexo feminino (72,4%; n=21), com predomínio da faixa etária de 50 anos ou mais (55,2%; n=16). Com relação à escolaridade, todos os diretores possuíam nível superior de formação, tendo a maioria feito curso na área da saúde (34,4%) e em pedagogia (17,2%), exclusivamente. Considerando o universo de graduações na saúde, 40% eram enfermeiros, seguidos pelos psicólogos (30%), cirurgiões-dentistas (20%) e médicos (10%). Alguns profissionais (7%) possuíam graduação em saúde e em pedagogia.

Com relação à experiência profissional, a maioria dos pesquisados ocupava o cargo de direção da ETSUS entre 1 e 5 anos (48,3%; n=14) e 34,4% (n=10) há mais de 6 anos. No entanto, 65,5% (n=19) não trabalhavam na escola antes de ser diretor da unidade. Dentre aqueles que já trabalhavam na ETSUS, 80% exerceram funções de coordenação geral, pedagógica ou de cursos técnicos. Isso demonstra que os profissionais do quadro permanente das escolas, na maioria das vezes, não ocupam a direção da ETSUS, e os que o fazem já ocupavam uma posição anterior de liderança no grupo.

Quanto à experiência pessoal em cursos a distância, a maioria já havia participado de um curso nessa modalidade (86,2%; n=25). A participação nesses cursos deu-se em grande parte como aluno (67,6%; n=25), e apenas 21,6% (n=8) já haviam atuado como tutores de EaD. A maioria dos cursos realizados era de nível de especialização (42,2%; n=19) e nenhum deles havia cursado graduação a distância.

No Quadro 1, temos a distribuição dos diretores das ETSUS respondentes por região geográfica brasileira.

Quadro 1: Distribuição dos diretores das ETSUS respondentes por região geográfica brasileira, Brasil, 2013.

Região brasileira	Nº de ETSUS existentes	Nº de diretores respondentes	% de diretores respondentes
Norte	7	6	85,7
Nordeste	9	7	77,8
Centro-Oeste	4	4	100,0
Sudeste	12	8	66,7
Sul	4	4	100,0
Total	36	29	80,5

3.2. Pontos Favoráveis e Dificuldades da EaD nas ETSUS

Os diretores pesquisados foram questionados sobre os Pontos Favoráveis (Vantagens e Possibilidades) e as Dificuldades (Desvantagens, Limites e Desafios) da EaD nas ETSUS.

Numa análise quantitativa dos dados, foram realizados 29 apontamentos de pontos favoráveis; destes, os mais mencionados pelos diretores foram 'reduz distâncias' (37,9%) e 'ampliação de oferta' (24,1%). A análise qualitativa das respostas apontou as subcategorias do quadro a seguir (Quadro 2):

Quadro 2: Subcategorias provenientes das respostas dos diretores pesquisados das ETSUS sobre vantagens e possibilidades da EaD, Brasil, 2013.

Categoria Inicial	Codificação	Subcategorias
Vantagens da EaD	Reduz distâncias; Amplia oferta	Acessibilidade
	Local de trabalho	Reduz ausência no trabalho
	Otimização do tempo; Gestão do tempo	Flexibilidade de horários para o estudo
Possibilidades da EaD	Pós-técnico; Conteúdos teóricos	Cursos pós-técnicos e conteúdos teóricos

Fonte: dados da pesquisa realizada em 2013

Elaboração: os autores

A codificação das unidades de análise mostrou que foram feitos 27 apontamentos na categoria "Vantagens", o que corresponde a 93,1% dos apontamentos dos pontos favoráveis da EaD na formação dos técnicos de nível médio para o SUS. Em termos qualitativos, foram levantados como vantagens: acessibilidade, redução de ausência no trabalho, flexibilidade de horários de estudos, sendo esta modalidade de educação considerada mais apropriada para cursos pós-técnicos e cursos teóricos.

Numa análise quantitativa dos dados, foram realizados 79 apontamentos de dificuldades; os que mais se destacaram foram 'formação de equipe técnica capacitada' (20,3%), 'problemas com internet nos municípios' (16,4%), 'domínio de informática pelos alunos' (12,7%) e 'necessidade de financiamento das instalações e aquisição de equipamentos' (12,6%).

Numa perspectiva qualitativa, a análise das respostas dos diretores apontou as subcategorias do quadro seguinte (Quadro 3):

Quadro 3: Subcategorias provenientes das respostas dos diretores pesquisados das ETSUS sobre desvantagens, limites e desafios da EaD, Brasil, 2013

Categoria Inicial	Codificação	Subcategorias
Desvantagens da EaD	Características de cursos técnicos	Cursos técnicos em saúde
	Características do aluno para EaD	Não se adequa a todo tipo de público
	Ensino-aprendizagem; Avaliação da prática	Distância física tutor/aluno
Limites da EaD	Problemas com internet nos municípios	Falta de infraestrutura tecnológica nos municípios
	Acesso a computador e internet; Domínio de informática pelos alunos	Dificuldade dos alunos em acessar e utilizar recursos tecnológicos
Desafios	Financiamento das instalações e aquisição de equipamentos	Ausência de uma política no MS para a formação técnica em Ead dos trabalhadores de nível médio da saúde
	Formação de equipe técnica capacitada	
	Capacitação dos alunos para EaD	

Fonte: dados da pesquisa realizada em 2013
Elaboração: os autores

Qualitativamente, foram apontados como desvantagens: ‘cursos técnicos em saúde’; ‘não se adequa a todo tipo de público’ e ‘distância física tutor/aluno’. Como limites: ‘falta de infraestrutura tecnológica nos municípios’ e ‘dificuldade dos alunos em acessar e utilizar recursos tecnológicos’. E como desafios: ‘financiamento das instalações e aquisição de equipamentos’; ‘formação de equipe técnica capacitada’ e ‘capacitação dos alunos para EaD’.

As desvantagens constituíram 27,8% das dificuldades (n=79) apresentadas; os limites, 34,2%; os desafios, 38%.

Neste artigo, iremos discutir mais especificamente os desafios para a formação técnica na EaD e as concepções sobre o perfil ideal de formação dos técnicos em saúde. Para saber mais sobre os outros itens, visitar a dissertação de mestrado de Faleiro (2014), intitulada “Educação a distância na formação dos técnicos de nível médio em saúde: percepção dos diretores das Escolas Técnicas do SUS no Brasil”.

3.3. Desafios para a Formação Técnica em EaD

Com relação aos desafios, estes corresponderam a 38% (n=30) dos apontamentos das dificuldades da EaD na formação dos técnicos de nível médio para o SUS. Os trechos a seguir expressam a preocupação dos pesquisados com a infraestrutura necessária na sede das ETSUS e nos polos de apoio presencial para realização de cursos a distância:

Adequação técnica da escola, especialmente no que se refere a equipamentos, [...]. (D21)

Escassez da infraestrutura necessária para a realização das atividades de EAD nos municípios menores/mais distantes; [...]. (D22)

O referencial de qualidade do Ministério da Educação (MEC), que é para cursos de graduação a distância e, simultaneamente, indutor para os demais níveis de escolaridade, prevê que tanto a sede quanto

os polos presenciais de cursos em EaD sejam equipados com laboratórios de informática e salas de videoconferência, biblioteca, salas para equipe técnica e pedagógica, além de espaços adequados para realização das atividades presenciais, incluindo as aulas práticas. Tais laboratórios devem possuir quantidade suficiente de máquinas com acesso a banda larga para atender alunos e tutores (BRASIL, 2007). Os diretores demonstraram preocupação com o financiamento necessário para aquisição dos equipamentos tecnológicos e das instalações físicas necessárias à realização das atividades pedagógicas.

Essa preocupação é algo inerente aos gestores de instituições que possuem ou pretendem desenvolver cursos a distância, uma vez que o custo é elevado e requer investimentos, especialmente, em recursos tecnológicos. Campello (2002) afirma que é fundamental a alocação de recursos governamentais para o financiamento de projetos nessa modalidade em instituições públicas, evitando que a política de mercado crie a tendência da atuação majoritária do setor privado.

Em relação aos polos presenciais, uma opção a ser analisada seria estabelecer parcerias com instituições públicas que já atuam nessa modalidade, como, por exemplo, aquelas que compõem a Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou o sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), para utilizar a infraestrutura dos polos nos seus cursos. A título de exemplificação, em 2010, conforme dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC, disponibilizados em seu site, a UAB contava com 679 polos distribuídos nas cinco regiões geográficas brasileiras (BRASIL, 2010).

Outro aspecto desafiador para os diretores pesquisados é a formação de uma equipe técnica capacitada nas escolas para elaborar e executar os cursos em EaD:

Quadro de pessoal com competências para o desenvolvimento das atividades presenciais, a distância, [...]. (D4)

Equipe preparada para desenvolver os cursos. (D18)

[...], e preparação dos tutores de forma a assegurar os objetivos de aprendizagem e evitar evasão. (D16)

[...] bem como conteudistas para produção do material didático, assim como equipe qualificada para operar a plataforma. (D4)

[...] e profissionais com conhecimento em ambientes virtuais de aprendizagem. (D21)

É bem evidente que os diretores compreendem a necessidade de formação de uma equipe multidisciplinar para atuar nos cursos a distância e que a mesma deve ser capacitada para tal.

Belloni (2009, p. 79) afirma que o professor na EaD é “[...] chamado a desempenhar múltiplas funções, para muitas das quais não se sente, e não foi, preparado.” Daí a necessidade de capacitação desse profissional, além do fato de que o uso intenso de tecnologias provoca a segmentação do ato de ensinar em múltiplas tarefas, tornando o ensino a distância mais complexo.

Amorin (2012) afirma ser primordial a realização de treinamentos frequentes para professores e tutores, visando ao adequado desempenho de suas funções na EaD, e que a instituição assuma um importante papel nesses treinamentos, fornecendo recursos e capacitações. O professor precisa de atualização constante, tanto nas metodologias de ensino quanto nas técnicas de comunicação, visando atender às necessidades de caráter pedagógico, didático e tecnológico (CAMPELLO, 2002).

A capacitação perpassa também pelos alunos dos cursos em EaD, uma vez que eles não estão habituados a estudar nessa modalidade, desconhecendo o ambiente virtual de aprendizagem (AVA):

E a falta de conhecimento e prática de alunos com essa modalidade. (D5)

Os alunos talvez ainda não estejam preparados para a modalidade EAD. (D25)

[...] e preparação dos alunos para a compreensão e manuseio da tecnologia, [...]. (D16)

[...] capacitação dos discentes na plataforma. (D27)

Schmitt, Macedo e Ulbricht (2008) apontam que é recomendável, num curso em EaD a existência, de um módulo introdutório, que pode ser obrigatório ou facultativo, para o treinamento prévio dos alunos nas ferramentas tecnológicas que serão utilizadas, assegurando a todos um ponto de partida comum.

O Brasil possui uma cultura de educação presencial; por isso, os autores Paula, Ferneda e Campos Filho (2004) alertam que, além do preparo para lidar com as tecnologias da educação, é preciso que os alunos sejam preparados para estudar a distância antes do início das atividades educacionais - o que envolve entender o que é EaD, suas vantagens e limites, os papéis de cada agente envolvido no curso, as características e hábitos necessários ao aluno deste processo, bem como a compreensão da metodologia de estudo e uso das mídias.

Os desafios para implantação de cursos a distância nas ETSUS identificados nesta pesquisa conduzem a uma discussão mais ampla, que é a ausência de uma política do MS para a formação a distância dos trabalhadores da saúde de nível médio para o SUS. Na verdade, muito pouco tem sido investido em educação a distância nas ETSUS, que são, prioritariamente, responsáveis pela formação dos trabalhadores de saúde de nível técnico para o SUS.

Sem a coordenação e o apoio do MS é praticamente inviável instituir e consolidar a educação a distância nessas escolas, a menos que haja uma forte vontade política da instância federativa à qual a ETSUS está ligada para instituir e financiar uma política de formação a distância voltada para esse público.

Como bem destacam Salvucci, Lisboa e Mendes (2012, p. 62), as políticas públicas no Brasil estão sendo constantemente reformuladas, a fim de assegurar a legalidade do processo de ensino-aprendizagem pela EaD, bem como zelar pela qualidade dos cursos. No entanto, elas estão ressoando mais na oferta de cursos de graduação pelas IES.

Existe a expectativa, por parte dos diretores pesquisados, de que haja uma intervenção do MS nessa área de atuação, via Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), para propiciar, além do apoio financeiro e material, o treinamento da equipe para realizar as atividades a distância, sendo primordial a manutenção da mesma qualidade dos cursos já ofertados na modalidade presencial.

3.4. A formação Técnica Ideal

Buscou-se levantar a percepção sobre o que os diretores consideravam uma formação técnica ideal para os profissionais de nível médio em saúde para o SUS.

Na visão dos diretores pesquisados, a formação técnica ideal é alcançada com a utilização, no processo ensino-aprendizagem, de metodologias ativas e problematizadoras, que considerem o conhecimento prévio que o aluno dispõe e que o conduzam à reflexão crítica da sua prática profissional. Além desses aspectos, foi ressaltada a integração ensino/serviço, haja vista que se trata da formação de pessoal que já atua nos serviços de saúde do SUS. A seguir, algumas transcrições das respostas referentes a essa questão:

Utilizar metodologias ativas; levar em conta o conhecimento prévio dos alunos, de forma a dar significado à aprendizagem; [...]. D4

[...] processos educacionais dentro da perspectiva das metodologias ativas de ensino-aprendizagem e problematizadoras que são mais adequados para a integração entre a teoria e a prática dos trabalhadores em formação. D9

[...] os cursos devem desenvolver uma metodologia ativa, contextualizadora, problematizadora, que possibilite ao educando, enquanto sujeito, se (re) construir. D18

Observa-se que todas essas características pedagógicas estão em consonância com os pressupostos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), difundida pelo MS a partir de 2004, que propõe a formação do pessoal da saúde a partir da problematização do seu processo de trabalho (BRASIL, 2004).

Ressalta-se que esta proposta pedagógica não é novidade para as ETSUS, uma vez que já no projeto Larga Escala, em 1981, preconizava-se a utilização da problematização nos processos formativos do pessoal de nível médio em saúde e a integração das práticas de ensino com a realidade dos serviços. O princípio da integração ensino/serviço foi reforçado no Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) e ampliado na PNEPS para ensino-serviço-gestão-control social.

Além das metodologias ativas, os diretores mencionaram também aspectos ligados à prática profissional que consideram fazer parte da formação ideal e que constituem, em si, a finalidade de todo o processo ensino-aprendizagem:

[...], numa perspectiva de desenvolver, em alunos e trabalhadores, a competência para o cuidado em saúde, sendo que esta competência se expressa na capacidade de um ser humano cuidar do outro, de colocar em ação os saberes necessários para prevenir e resolver problemas de saúde. D14

Na visão dos diretores pesquisados, os conhecimentos científicos adquiridos na formação do pessoal de nível médio devem ser concentrados no atendimento inter/multidisciplinar das demandas de saúde da população, visando a uma atenção integral do indivíduo e da coletividade.

Mais uma vez, esta percepção de formação está relacionada à PNEPS, que propõe “[...] que os processos de capacitação dos trabalhadores da saúde tomem como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, [...]” (BRASIL, 2004).

Constata-se que a visão de formação técnica ideal dos diretores das ETSUS está diretamente relacionada à PNEPS. De acordo com Ramos (2010), as ETSUS possuem uma concepção de educação muito centrada no pragmatismo, na qual os conhecimentos teóricos são subordinados à prática profissional. A validade dos conhecimentos está na sua utilidade em resolver problemas, sendo a seleção dos conteúdos de ensino delimitada pelos desempenhos esperados nas práticas profissionais. A autora questiona esta visão “imediatista”, baseada na resolubilidade dos problemas locais, considerando a importância de se idealizar uma formação mais ampliada.

4. Conclusão

Analisar as concepções dos diretores das ETSUS sobre a educação a distância torna-se relevante em tempos em que esta modalidade educacional é compreendida, por muitas instituições, como uma alternativa mais barata e viável para atingir públicos cada vez maiores.

O presente estudo trouxe à tona reflexões e questões problematizadoras que coadunam com a complexidade do desenvolvimento e da condução de cursos técnicos a distância, especialmente nas Escolas Técnicas do SUS. Trata-se de uma demanda atual, mas complexa, que necessita ser planejada, não apenas nos aspectos pedagógicos, mas também nas questões relacionadas à infraestrutura física e de equipamentos, no preparo dos profissionais que atuarão como tutores nesse processo, além da capacitação tecnológica do perfil dos alunos para esses cursos.

O objetivo deste trabalho foi trazer subsídios, embasados na literatura e na percepção dos diretores das ETSUS, para incitar um debate educacional tão relevante para a consolidação do SUS, haja vista que grande parte da força de trabalho nesse sistema é composta por profissionais de nível médio em saúde.

O estudo demonstrou as vantagens, possibilidades e dificuldades na visão dos diretores sobre a EaD nas ETSUS. Com relação aos desafios observados, tem-se que estes não devem eliminar a possibilidade desta modalidade de educação, mas sensibilizar os gestores para um planejamento mais cuidadoso dos processos pedagógicos.

Além das questões técnicas e operacionais pertinentes a esta modalidade educacional, é preciso avançar na discussão de uma política dentro do MS que contemple a formação a distância dos trabalhadores da saúde de nível médio para o SUS.

Referências Bibliográficas

- AMORIN, M.F. A importância do ensino a distância na educação profissional. **Revista Aprendizagem em EAD**. Ano 2012, v. 1, out. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2011.
- BELLONI, M.L. **Educação a distância**. 5.ed. São Paulo: Autores Associados, 2009. 115p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Universidade Aberta do Brasil. **Polos**. 2010. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=11>. Acesso em 6 dez. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/ CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 maio. 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para cursos de graduação a distância**. Brasília, DF. 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 515, de 07 de outubro de 2016**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso515.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

- _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.970, de 25 de novembro de 2009**. Institui a rede de escolas Técnicas do SUS (RETSUS) e dispõe sobre as diretrizes para a sua organização. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2970_25_11_2009.html>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr.2020.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- CAMPELLO, C. Educação a distância: perspectivas e desafios para a Universidade Pública. **Revista Tema Livre**, Edição n.1. 2002. Disponível em: <<http://revistatemalivre.com/eddist>>. Acesso em: 04 mai. 2020
- FALEIRO, F.R.G. **Educação a distância na formação dos técnicos de nível médio em saúde: percepção dos diretores das escolas técnicas do SUS no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5285>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. Câmara de Educação Profissional. **Resolução CEE/ CP n.º 02, de 28 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre o credenciamento e credenciamento de instituição de ensino, autorização, renovação de autorização e funcionamento de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Graduação Tecnológica e de Pós Graduação, para o Sistema Educativo do Estado de Goiás e dá outras providências.
- HADDAD, S. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008. 214p.
- PAULA, K.C.; FERNEDA, E.; CAMPOS FILHO, M.P. Elementos para implantação de cursos à distância. **Colabor@ Revista Digital da CVA-Ricesu**, v.2, n.7, maio. 2004. Disponível em: <http://www.ricesu.com.br/colabora/n7/artigos/n_7/pdf/id_02.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- PEREIRA, M. de F. R.; LOPES, L. F. A CONAE contra a EAD na Formação Inicial de Professores – Mas Não de Todo. **Revista HISTEDBR On-line**, v.12, n. 45e, p.253-265, Maio/2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v12i45e.8640121>>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- PIRES-ALVES, F.; PAIVA, C.H.A. **Trabalho e educação em saúde: uma agenda em construção**. In: PONTE, C.F.; FALLEIROS, I. (orgs). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ COC. 2010. p. 313-323.
- RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. 290p.

SALVUCCI, M.; LISBOA, M. J. A.; MENDES, N.C. Educação a Distância no Brasil: fundamentos legais e implementação. **RBAAD - Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 11, 2012, p. 62.

SCHMITT, V.; MACEDO, C.M.S.; ULBRICHT, V.R. **Divulgação de cursos na modalidade a distância: uma análise da literatura e do atual cenário brasileiro**. 2008. Disponível em: <<http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/197>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

SILVA, A. das N. et al . Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 4, p. 1099-1107, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000401099&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 04 mai. 2020.

SILVA, C. C.; AZZI, D.; BOCK, R. **Banco Mundial em foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na América Latina**. Ação Educativa. 2007, 68p.